



MENSAGEM DO PRESIDENTE

ABEMI SE MANTÉM ATIVA NA DEFESA DA ENGENHARIA INDUSTRIAL NO BRASIL



Gabriel Aïdar Abouchar,
presidente da ABEMI

O avanço da vacinação e o controle da pandemia de Covid-19 são, sem dúvida, prioridades absolutas, desafiando toda a sociedade, o poder público e as autoridades de saúde. Além de fazer a nossa parte para evitar a disseminação do novo coronavírus, continuamos extremamente ativos na ABEMI, buscando contribuir não só para preservar as empresas do setor, mas, principalmente, para fomentar novos negócios a fim de garantir a sustentabilidade da engenharia industrial e a geração de empregos.

Mais do que nunca, os investimentos em infraestrutura são essenciais para o país, que desde 2000 vem tendo um desempenho bem abaixo do esperado. Estamos na desconfortável posição número 78 no ranking mundial de competitividade.

Precisamos escalar esse ranking e, para isso, é essencial contarmos com os investimentos privados, já que o poder público não tem caixa para os pesados investimentos que os projetos de infraestrutura demandam. O Brasil tem pressa. Estamos à beira de um apagão no setor de energia e, no meio da maior crise sanitária mundial, muitos brasileiros não contam com água tratada e esgotamento sanitário.

Por meio de nossos grupos de trabalho, estamos atentos às questões que atingem nossos negócios e, principalmente, prejudicam o desenvolvimento do país. Buscamos apoio e parcerias com outros atores que têm o mesmo propósito e juntamos forças para trabalhar em prol de iniciativas que nos ajudem a superar as adversidades, como o endividamento tributário agravado com a pandemia.

Protagonista, a ABEMI vem conquistando o reconhecimento do mercado e a adesão de novos associados, que são muito bem-vindos e nos fortalecem ainda mais para defendermos a competitividade da engenharia industrial.

IR PARA O SUMÁRIO



CLIQUE SOBRE OS ÍTENS DO
SUMÁRIO PARA IR DIRETO
PARA A PÁGINA DESEJADA



Mensagem do Presidente

2

Saneamento e energia lideram os investimentos em infraestrutura nos próximos anos

4

Oferta de energia e competitividade da tarifa são fundamentais para a retomada

6

Aprovação de programa de parcelamento de débitos tributários é importante para a economia

9

ABEMI conquista novos associados nos segmentos de engenharia e jurídico

11

Parceria com a CAMARB para promover soluções extrajudiciais de conflitos comerciais

14

SANEAMENTO E ENERGIA LIDERAM OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NOS PRÓXIMOS ANOS



Os setores de saneamento e energia são potencialmente os mais atrativos para investimentos em infraestrutura no Brasil, atualmente. O megaleilão da Cedae (RJ), realizado em abril deste ano, mais projetos em Alagoas (SE), Cariacica (ES), em 18 municípios do Amapá e em 68 municípios do Mato Grosso do Sul somam R\$ 54 bilhões em investimentos nos próximos cinco anos.

Na área de energia, está previsto para setembro próximo o megaleilão A-5, que vai oferecer 1.694 projetos, que totalizam 936 GW em várias regiões do país para geração solar, eólica, hidrelétrica, resíduos sólidos e térmica. "Será a primeira vez da nossa história que serão leiloados projetos de geração de energia a partir de resíduos sólidos. Serão 12 projetos de diversas cidades, incluindo um consórcio de sete municípios da região de Campinas (SP). Muito importante o desenvolvimento de projetos de fontes alternativas, especialmente agora, diante da crise hídrica", informa o diretor da ABEMI, Joaquim Maia.



Na sua opinião, o que preocupa agora é a continuidade do pipeline de projetos, mas faltam novos projetos de infraestrutura, que precisam ser estruturados. E isso leva tempo. “Na área de saneamento, por exemplo, é necessário incrementar muito o investimento anual para atingir as metas do novo Marco Legal até 2033”, afirma Maia. Segundo ele, o BNDES e a Caixa precisariam ampliar sua capacidade para estruturação de projetos, já que, para o Brasil, é importante atrair mais investimentos em infraestrutura, aproveitando que o apetite dos investidores continua alto.

Outra expectativa está relacionada à votação da Medida Provisória 1.052, assinada em 19 de maio pelo presidente Jair Bolsonaro, criando um fundo garantidor de até R\$ 10 bilhões para viabilizar concessões e parcerias público-privadas para obras da União, dos estados, do Distrito Federal e municípios.

Duas décadas de queda em investimentos



“O incremento de investimentos em infraestrutura é primordial para movimentar a economia e gerar empregos, mas nas últimas duas décadas o Brasil andou na contramão nessa área”, afirma o presidente da ABEMI, Gabriel Abouchar. Ele cita os dados do Relatório Infra2038, uma publicação que avalia o avanço da infraestrutura brasileira como fator de competitividade, mostrando o desempenho tacaño do Brasil nessa área. Em 2020, os investimentos em infraestrutura somaram R\$ 115,8 bilhões, o equivalente a 1,55% do PIB, e representam uma queda de 5,4% em relação ao montante de 2019, quando o Brasil estava no 78o lugar no ranking mundial de competitividade do Fórum Econômico Mundial. “É o menor valor desde o ano 2000”, destaca Gabriel.

A tendência de queda nos investimentos começou em 2013, e o Relatório Infra2038 aponta como razão a crise fiscal do país, agravada com a Operação Lava-Jato, e ainda mais intensificada com a pandemia de Covid-19. Segundo o Relatório, a meta é alcançar o 200 lugar no ranking e, para isso, seria necessário investir R\$ 339 bilhões por ano até 2038, o que implicaria avançar três posições por ano no ranking de competitividade e produziria 9,2 milhões de empregos.

De acordo com as projeções do Relatório Infra2038, os projetos de energia e saneamento básico, que têm como meta a universalização de água e esgoto no país, somados ao setor de transportes (com a construção do novo trecho da Ferrovia Norte Sul, o leilão da Ferrovia Oeste Leste e as renovações de concessões), devem ajudar o Brasil a investir 2% do PIB em 2022. "É muito importante, também, que o país avance nas reformas setoriais", defende Gabriel.

OFERTA DE ENERGIA E COMPETITIVIDADE DA TARIFA SÃO FUNDAMENTAIS PARA A RETOMADA





Altamente dependente das hidrelétricas, todo o Brasil está em alerta diante da maior crise hídrica dos últimos 91 anos e de um possível apagão energético. O país sofre, também, com o alto preço da energia, cuja oferta e competitividade são fundamentais para a retomada e aceleração da economia. De olho nesse cenário alarmante, a ABEMI, por meio de seu Grupo Técnico de Energia, acompanha com grande interesse esse mercado tão importante para os negócios das empresas associadas.

“Já vínhamos acompanhando o setor em razão do Novo Mercado de Gás Natural e seus potenciais desdobramentos por meio do Fórum do Gás Natural e do FASE (Fórum das Associações do Setor Elétrico). Agora, a crise hídrica e o processo de desestatização da Eletrobras ampliam o interesse e o foco da ABEMI nessa matéria”, destaca o coordenador do GT de Energia, Elcio Pasqualucci.

Segundo ele, a desestatização da Eletrobras, que deveria ser simplesmente para capitalizar a empresa para investimentos, acabou distorcida com o acréscimo dos chamados “jabutis” no texto da Medida Provisória 1.031/2021. “Na Câmara e no Senado, foram adicionados interesses paroquiais, que fazem parte da democracia, mas os especialistas do setor de energia afirmam quase unanimemente que esse movimento vai acabar trazendo custos adicionais à matriz energética brasileira. E essa é uma grande preocupação da ABEMI”, destaca Pasqualucci.

No dia 21 de junho, a Câmara aprovou 17 emendas do Senado à MP 1031/2021, que possivelmente será sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro com os “jabutis”. Dentre eles, está a obrigatoriedade de construir usinas termelétricas a gás natural – considerado um combustível de transição – em locais muito distantes da fonte do gás natural e do mercado consumidor. Num primeiro momento, essa obrigatoriedade beneficia o setor de engenharia, do qual faz parte a ABEMI e suas associadas, porque será necessário construir usinas e gasodutos, para levar o gás natural até elas, além de redes de transmissão, para distribuição da energia.

“Algumas poucas empresas vão ficar felizes por algum tempo, mas esse é um ovo de serpente, um benefício transitório, um caminho que não favorece o Brasil. O país precisa, na verdade, reduzir o custo da energia para estimular a economia e os investimentos”, afirma Telmo Ghorzi, coordenador do GT de Inovação e Tecnologia da ABEMI. Ele explica que, ao inserir termelétricas a custo elevado, que obrigatoriamente têm de ser despachadas, como previsto na MP 1.031/2021, esse custo vai penalizar todo o parque industrial, prejudicando a competitividade brasileira, inclusive o setor de engenharia, porque inibirá novos investimentos. “É uma armadilha para o país”, reforça Ghorzi.



“
O Brasil precisa reduzir
o custo da energia para
estimular a economia e
os investimentos
”

Telmo Ghorzi, do GT de
Inovação e Tecnologia da ABEMI

Regulamentação para atrair investimentos

Preocupado com a competitividade do setor energético, o GT de Energia se aproximou também da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e participa, em julho, do “2o Workshop Considerações de Benefícios Ambientais no Setor Elétrico Brasileiro – É hora de um mercado de carbono?”. Segundo Pasqualucci, esse evento será muito importante para discutir profunda e tecnicamente a Lei 14.120/2021, que estabelece que o Poder Executivo definirá mecanismos para consideração dos atributos ambientais de cada fonte de energia.

Como exemplo, ele cita a comparação de uma termelétrica a carvão e uma usina eólica. Do ponto de vista ambiental, a fonte eólica é melhor, mas não tem a estabilidade operacional da termelétrica, que, por sua vez, produz gases de efeito estufa. A pergunta que fica é: como serão os critérios para precificação de cada fonte? Para Pasqualucci, o desafio da EPE é subsidiar o governo e órgãos públicos com informações para a tomada de decisões que garantam a oferta e a competitividade da energia.

“À ABEMI e a suas associadas, obviamente, interessa que haja projetos e obras, mas, acima de tudo, buscamos a competitividade, transparência e compliance. Visamos à competitividade da tarifa de energia para o usuário, seja doméstico ou industrial. E só vamos conseguir isso se tivermos transparência nas regras. Estamos atentos e ativos participando das discussões. Sem energia barata, a situação econômica do Brasil tende a piorar”, afirma Pasqualucci.

No campo da energia em geral e elétrica em particular, o Brasil está bem na fita como líder absoluto com sua matriz energética sustentável, ambientalmente falando. Quarenta e cinco por cento da energia em geral provém de fontes renováveis, enquanto a média mundial está em 14%. “O mundo precisa melhorar três vezes seu desempenho para empatar com o Brasil”, afirma Ghorzi. Considerando apenas a energia elétrica, o Brasil é ainda mais limpo, com 83% da geração de fontes renováveis, principalmente hidrelétrica (65%), mas também biomassa, eólica e solar. A média mundial está em 25%.



Mas, para evitar o desabastecimento, na crise hídrica deverão ser acionadas as termelétricas a carvão, ruins ambientalmente. “A crise reforça a importância de investimentos em fontes renováveis para reduzir nossa dependência da matriz hidrelétrica. Não podemos andar tão devagar na construção de ativos que usam fontes renováveis. O crescimento industrial e econômico requer mais energia e será muito melhor que ela seja de fontes renováveis, para manter o Brasil na liderança da sustentabilidade”, observa Ghiorzi.

“O Brasil faz leis e não regulamenta. É importante a regulamentação da Lei 14.120, com a devida comparação entre as diferentes fontes energéticas e definição de critérios para precificação. Os investidores esperam posicionamentos regulatórios firmes e claros para decidir se investem ou não. E, mais uma vez: energia barata é imprescindível para a recuperação econômica”, conclui Pasqualucci.

APROVAÇÃO DE PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS É IMPORTANTE PARA A ECONOMIA



Uma das mais altas do mundo, a pesada carga tributária brasileira mais as sucessivas crises econômicas e o agravamento das dificuldades em decorrência da pandemia de Covid-19 estão levando as empresas em geral e o setor de engenharia e infraestrutura em particular a acumular dívidas, especialmente com tributos, que colocam em risco a continuidade de suas atividades e dos empregos.

Se essa situação preocupa os empresários de modo geral, no setor de engenharia e projetos o impacto é ainda maior. “Empresas com dificuldades não conseguem obter suas certidões negativas de débitos e ficam impedidas para participar de processos licitatórios, agravando ainda mais sua situação porque não podem conquistar novos projetos”, observa a diretora Jurídica da ABEMI, Maria Michielin.

Por ser matéria importantíssima para suas associadas, a ABEMI, em parceria com outras associações, como o Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada e Infraestrutura (SINICON), vem acompanhando de perto a tramitação de projetos de lei no Congresso que tratam do parcelamento de débitos tributários, redução de multas e juros. “A aprovação desses projetos o mais rápido possível é fundamental também para a retomada da economia brasileira”, afirma Maria.



“
A aprovação desses
projetos é fundamental
para a retomada da
economia brasileira.
”

afirma **Maria Michielin**, diretora
Jurídica da ABEMI

Instituídos na década de 1990, os programas de parcelamento de débitos tributários traziam poucas justificativas além da questão arrecadatória. “Em geral, essas medidas costumavam ser tomadas para ajudar os contribuintes a regularizarem seus débitos e para a manutenção da economia e de empregos. Agora, temos uma questão extrafiscal igualmente importante. O Brasil enfrenta uma situação econômico-financeira delicada em decorrência da Covid-19”, afirma o advogado Yukio Vatari, do Toledo Marchetti Advogados.

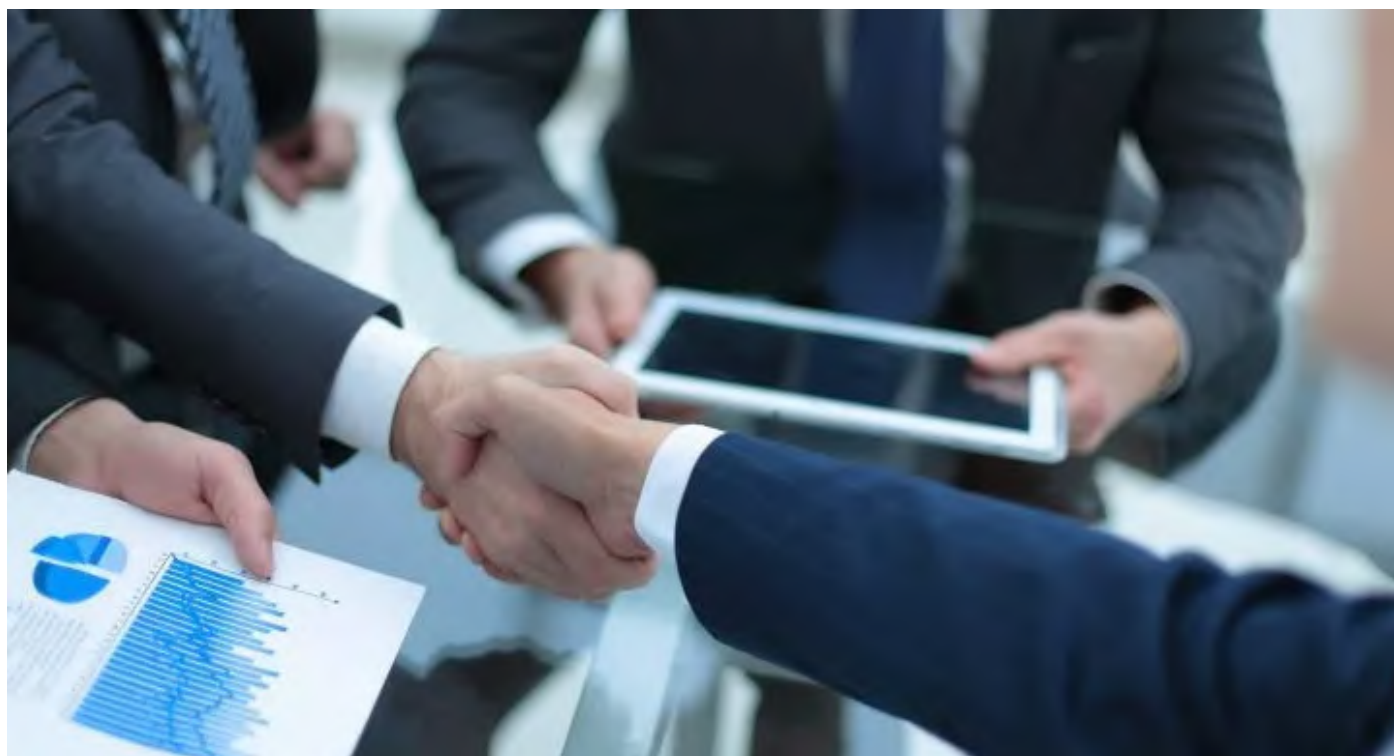


Projetos de lei

Desde que a crise da pandemia deu sinais de alongamento, diversos projetos de lei deram entrada no Congresso. O PL 4728/2020, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, cujo relator é o senador Fernando Bezerra, é um deles e pode ser votado ainda na primeira quinzena de julho. Prevê a reabertura do prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), de que trata a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, também chamado de Refis, e ajusta seus prazos e modalidades de pagamento.

“Existem outros projetos que tratam da matéria, como o PL 2735 na Câmara e o PL 4045 no Senado, mas estes têm menos chance de serem aprovados. O foco de todos, parlamento e empresas, além é lógico do governo federal, é o PL 4728. Se, e quando, for colocado em votação, deve ser aprovado. Existe uma intensa negociação dos senadores com o governo para gerar um substitutivo de consenso. O setor está confiante de que o governo e os congressistas estão sensíveis com a situação das empresas brasileiras e, portanto, sairá um projeto que atenderá às expectativas”, afirma Paulo Coutinho, conselheiro da ABEMI.

ABEMI CONQUISTA NOVOS ASSOCIADOS NOS SEGMENTOS DE ENGENHARIA E JURÍDICO



À medida que o setor de Engenharia Industrial apresenta reaquecimento, a ABEMI vem conquistando novas adesões. Entre elas está a Construtora Queiroz Galvão, um dos principais nomes do setor de Engenharia no país, que tem 68 anos de atuação. Responsável por projetos e execução de grandes empreendimentos, a empresa está retornando ao quadro de associados da ABEMI.

“Passamos por um período conturbado, com desaquecimento do mercado e perda de faturamento. Foram alguns anos sem perspectivas de novos projetos no mercado industrial. Fizemos uma reestruturação para manter nossa operação e o negócio, preservando nosso know-how. Agora o setor está reagindo, e estamos prontos para aproveitar as oportunidades que estão surgindo nas áreas de óleo e gás, terminais logísticos e celulose”, afirma Michel Rossi, responsável pela área de Engenharia da Queiroz Galvão.

Segundo ele, a empresa já está inserida em grupos de trabalho, programas e comitês da ABEMI, como o Programa Construção 4.0, Comitê de Competitividade, o projeto CII e o Grupo de Inovação e Tecnologia. “Queremos colaborar para que o ambiente da construção industrial tenha competitividade e destaque. Por isso, é importante participar da ABEMI, que tem desenvolvido um trabalho brilhante e sendo proativa dentro dessa indústria, para que o Brasil não fique para trás”, diz Rossi.



Gasoduto Catu-Pilar, Projeto Malha do Nordeste Fase I – Queiroz Galvão



Produtividade e sustentabilidade

Contribuir com os grupos de trabalho também é um dos objetivos da Propav Construção e Montagem, que tem mais de 23 anos e é uma empresa brasileira especializada em construção, montagem e manutenção industrial. Com matriz em Caçapava (SP), opera no Brasil e no exterior, tem cerca de 2 mil profissionais experientes e qualificados, atuando nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pará, Roraima, e na República do Benin, no continente africano.

“Somos uma empresa versátil, que busca as melhores soluções tecnológicas, trabalhando com foco na sustentabilidade de suas atividades, transparência e ética”, afirma o diretor-presidente Flávio Pimentel. Segundo o executivo, o corpo técnico de profissionais da empresa é altamente qualificado e certamente poderá agregar conhecimento participando dos grupos de estudos, discussões e eventos. “Podemos compartilhar nossas ações e boas práticas que aliam produtividade e sustentabilidade, trazendo informações que podem contribuir para o desenvolvimento da indústria nacional e internacional”, afirma.

O diretor-presidente da Propav explica ainda que a empresa associou-se à ABEMI porque a entidade faz a defesa de interesses coletivos e a representação institucional da categoria. “Através da ABEMI, estaremos inseridos nas principais discussões de interesse do nosso setor, bem como estaremos representados junto aos órgãos governamentais e demais instituições sociais com atuações relacionadas ao setor industrial”, afirma Pimentel.

Outro novo sócio é o escritório de advocacia Toledo Marchetti. Organizado para atender às demandas nas diferentes áreas jurídicas do segmento de infraestrutura e construção, o escritório é do tipo one stop shop para o setor de engenharia. “Nossa equipe é composta de especialistas que falam a mesma língua e entendem o negócio e o mercado, buscando trazer serviços personalizados”, explica Marcelo Marchetti.



“
Nossa equipe é composta de
especialistas que falam a mesma
língua e entendem o negócio
e o mercado, buscando trazer
serviços personalizados
”

afirma **Marcelo Marchetti**, da
Toledo Marchetti

A primeira aproximação do Toledo Marchetti com a ABEMI foi como representante da Toyo Setal no GT Jurídico. Agora, o escritório decidiu tornar-se associado em razão do foco comum, mas sobretudo pelo reposicionamento e crescimento da entidade. "A ABEMI, nos últimos anos, voltou a ter destaque e a atrair associados relevantes. A liderança do GT Jurídico, por exemplo, tem sido muito ativa, tratando de temas muito importantes. Nossa participação será uma via de mão dupla. Na ABEMI, estamos junto com as empresas do nosso setor de interesse, muitas aliás já são nossas clientes, e também agregaremos conhecimento jurídico especializado aos grupos de trabalho existentes e aos que vierem a ser montados", afirma Marcelo Marchetti. Também se associaram à ABEMI recentemente as empresas Camargo Corrêa, OAS e ECB.

PARCERIA COM A CAMARB PARA PROMOVER SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS COMERCIAIS



A ABEMI e a CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil acabam de assinar acordo de parceria visando promover soluções para os seus associados em resoluções extrajudiciais de conflitos comerciais no setor de engenharia e construção civil.



Segundo Augusto Tolentino, presidente da CAMARB, “essa parceria é de suma importância pois nos aproxima de uma entidade que reúne grandes empresas de engenharia e que celebram contratos de alta complexidade. O que nos dá a oportunidade de oferecer soluções de conflito e disputas, usando nossa experiência de mais de 20 anos na área”.

Nos últimos anos, a CAMARB administrou uma série de processos, com reconhecida experiência e qualidade, posicionando-se atualmente entre as principais câmaras de arbitragem do país e uma referência neste segmento no Brasil. “A CAMARB foi classificada novamente como Excellent, na publicação LeadersLeague, da categoria The Best Arbitration Centers in Brazil, figurando no top 4 na categoria The Best Arbitration Centers in Brazil.

Para se ter ideia da importância, no período de 2019 a 2020 mediou valores em disputa na ordem de R\$1.045.608,96. E foram discutidas matérias nas áreas de construção e/ou projetos de infraestrutura; disputas societárias; energia; contratos empresariais (compra e venda, cessão de crédito, direito mineral, empreendimentos imobiliários e de franquias); contratos públicos e de trabalho.

Benefícios aos associados da ABEMI

Essa parceria inclui treinamentos e qualificação dos associados da ABEMI para adoção adequada dos meios extrajudiciais de solução de conflitos, além de assessoramento na elaboração das cláusulas contratuais compromissórias de solução contratual. Serão também realizados cursos com certificação para os associados da ABEMI, além de workshops e eventos em conjunto para promoção das duas entidades.

Além disso, Tolentino destaca que “os benefícios da opção pelas partes de um método extrajudicial para a solução de conflitos são inúmeros. É claro que algumas vantagens têm maior peso em determinados casos. Mas existem qualidades presentes na arbitragem que são indiscutíveis e que são unânimes entre aqueles que optam por esse método”, destaca o presidente. Na arbitragem, continua, “o sigilo é garantido pela grande maioria dos regulamentos de arbitragem, o que evita exposição de questões importantes para a empresa”.

Essa parceria inclui treinamentos e qualificação dos associados da ABEMI para adoção adequada dos meios extrajudiciais, além de assessorar também na elaboração das cláusulas contratuais compromissórias de solução contratual. Conforme Tolentino, serão realizados cursos com certificação para os associados da ABEMI, além de workshops e eventos em conjunto para promoção de duas entidades.



“ Os benefícios da opção pelas partes de um método extrajudicial para a solução de conflitos são inúmeros. É claro que algumas vantagens têm maior peso em determinados casos. Mas existem qualidades presentes na arbitragem que são indiscutíveis e que são unânimes entre aqueles que optam por esse método ”

Augusto Tolentino, presidente da CAMARB

História

A história da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil se confunde com a história da arbitragem no Brasil, rejuvenescida com a promulgação da Lei de Arbitragem Brasileira – Lei Federal nº 9.307 – em 1996, que abriu novos horizontes para o seu desenvolvimento, tanto no mercado interno e internacionalmente.

A CAMARB foi criada em 1998 com o nome de Câmara de Arbitragem de Minas Gerais (Câmara de Arbitragem de Minas Gerais), sendo inicialmente vinculada à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Dois anos depois, com o apoio de outras entidades empresariais e acadêmicas – Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais (SICEPOT/MG), Instituto dos Advogados de Minas Gerais (Instituto dos Advogados de Minas Gerais) (IAMG), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) e Fundação Dom Cabral (Fundação Dom Cabral) (FDC), CAMARB tornou-se uma associação, passando a ser uma Câmara com autonomia e independência funcional.

Atualmente a CAMARB tem escritórios em Belo Horizonte, Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, oferecendo aos seus clientes espaços para a realização de audiências e reuniões sem custo adicional.

abemi | **55**
Associação Brasileira de Engenharia Industrial **ANOS**
desde 1964